



O TRABALHO E SEUS CRÍTICOS: UM DEBATE TEÓRICO*

João Alfredo Costa de Campos Melo Júnior**

Centro Universitário UNA – UNA

jomelojunior@hotmail.com

RESUMO: O trabalho enquanto ação humana em sociedade, sempre despertou interesse e debates teóricos, acadêmicos e militantes. O ato de laborar transforma o executor e o mundo que o cerca, por isso mesmo, ainda é objeto de reflexões nas diversas áreas do conhecimento. Dessa forma, o texto em questão propõe uma exegese sobre o tema. Aqui serão abordadas sete concepções relativas à produção autoral e teórica sobre o tema. Serão discutidas as concepções e análises do trabalho na Antiguidade Clássica, passando Santo Agostinho, culminando finalmente na noção de trabalho como vocação em Max Weber.

PALAVRAS-CHAVES: Trabalho – Pensamento Social – Produção Autoral – Relações de Trabalho

ABSTRACT: The work while action human being in society, always to wake theoretical, academic and militant interest and debates. The act to work transforms the executor and the world that the fence, therefore, still is object of reflections in the diverse areas of the knowledge.

Of this form, the text in question considers one exegesis on the subject. Here seven relative conceptions to the authorial and theoretical production will be boarded on the subject. The conceptions and analyses of the work in the Classic Antiquity will be argued, passing Saint Augustin, culminating finally in the work notion as vocation in Max Weber.

KEYWORDS: Work – Social Thought – Authorial Production – Relations of Work

O trabalho como espaço privilegiado na interação do homem com seu meio, continuamente, é transformado, recriado, reinventado ao longo dos séculos que se sucedem. Cada sociedade contempla o ato de trabalhar a partir de diferentes ângulos e visões que, normalmente, estão acoplados à realidade material daquele determinado meio social. Isto quer dizer que, com o correr do tempo, trabalhar torna-se uma atitude física e emocionalmente ligada ao ambiente em que é desenvolvido, assimilando todas

* Este artigo modificado é uma pequena versão do primeiro capítulo de minha tese de doutorado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

** Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor de Teoria e Metodologia da História do Centro Universitário UNA em Belo Horizonte

as possibilidades e atitudes decorrentes do ato laborativo e da sociedade em que se desenrola.

A expressão trabalho adquiriu, historicamente, contornos próprios e particulares que assimilavam os costumes culturais de determinadas nações e épocas.¹ É interessante fazer uma reflexão acerca do trabalho enquanto uma categoria histórica prevaiente no pensamento Ocidental, perspectiva que será contemplada no presente texto. A opção por esse critério procura evidenciar os vários olhares sobre um tema que possibilita naturalmente uma multiplicidade de interpretações. É disso que trata esta parte do texto.

Seria extremamente arriscado apresentar um panorama imutável sobre a noção do trabalho, porque ela sofreu modificações diversas com o passar dos séculos. Isso quer dizer que cada período encara o trabalho com olhar e personalidade próprios. Assim, a idéia adquire contornos singulares com o passar dos anos. A noção mais recente sobre o trabalho origina-se, aproximadamente, do século XVII, tendo seu apogeu em meados do século XIX.²

É em pleno século XIX que o trabalho passa a ser analisado ontologicamente por estudiosos. Karl Marx, por exemplo, entendia que o trabalho é, antes de tudo, uma relação entre o homem e a natureza, processo pelo qual o ser humano consegue controlar, manipular, regular seu metabolismo junto à natureza.³ Talvez buscando inspiração em Hegel, Marx argumenta que o trabalho humaniza o ser humano, tornando-o diferente dos demais animais.⁴ A citação de Marx expõe perfeitamente seu ponto de vista acerca do trabalho como um diferenciador:

¹ Com relação às diferentes percepções do trabalho na história da humanidade, os apontamentos feitos por Daniel Mercure e Jan Spurk (2005) mostram claramente como é complicado e, muitas vezes, uma tarefa inglória mapear precisamente sua evolução e suas diversas tonalidades, como mostra a citação que se segue: “O conteúdo e o sentido da palavra ‘trabalho’ variam enormemente conforme as culturas e as épocas. Certas culturas, aliás, não tem uma palavra abstrata para designar essa realidade: ora porque a forma de agir vital para a sobrevivência de uma comunidade é a tal ponto marcada por uma realidade policromática e por um entrelaçamento de atividades materiais e simbólicas indiferenciadas que qualquer categorização de um campo de atividades parece impossível, inclusive o trabalho; ora porque tal realidade encontra-se ‘ausente’ ou subsumida em outras formas do agir, limitada a trabalhos de um tipo particular ou então associada a um certo estado do ato de fazer à guisa de ilustração, a dificuldade do esforço”. (MERCURE, Daniel; SPURK, Jan. Introdução. In: _____. (Orgs.). **O trabalho na história do pensamento ocidental**. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 10.)

² Cf. Ibid.

³ Cf. MARX, Karl. **O capital**: a crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v. 1.

⁴ Todavia, é preciso relativizar a concepção marxiana, quando o autor coloca, tal qual Hegel, o trabalho como um fator humanizante e diferenciador dos demais animais. O próprio Karl Marx considera que o

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto idealmente.⁵

Continua o autor:

Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e a qual ele tem que subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado.⁶

A poética citação de Karl Marx revela que o ato de trabalhar é um atributo essencialmente humano, pois, ao contrário das outras espécies que não a utilizam, o homem tem na abstração uma poderosa ferramenta utilizada no fazer laboral, atributo exclusivo e diferenciador. Friedrich Engels concorda afirmando categoricamente que o homem somente distingue-se do macaco pelo fato de trabalhar.

Não obstante, é somente a partir do século XX que as ciências sociais tomam para si o trabalho como objeto de estudo e pesquisa científica. Todavia, suas linhas componentes encaram, cada qual a sua maneira, a temática trabalho. Enquanto escopo de pesquisa, a referida temática despertou interesse tardio na sociologia que começava a florescer na Europa e Estado Unidos em fins do século XIX e começo do século XX. Contudo, o rápido desenvolvimento industrial e o progresso da produção empresarial colocaram o foco sociológico nas relações industriais e trabalhistas. Nesses termos, o olhar sociológico volta-se prioritariamente para as transformações no mundo do trabalho. Já a antropologia preocupa-se com aspectos mais plurais do cotidiano operário, enquanto a ciência política, por sua vez, ressalta o **homo faber** e suas relações políticas em sociedade. Mercure e Spurk demonstram que as ciências sociais,

trabalho não pertence ao trabalhador, mas sim ao capitalista que controla a produção, empregando os utensílios e maquinários conforme seus fins particulares, para que não ocorra nenhum tipo de desperdício de matéria-prima. Em outras palavras, o produto é propriedade exclusiva do capitalista, e não do trabalhador que a produziu. Por assim dizer, a explicação seria bastante simples: se o capitalista pagou e comprou um dia de trabalho do operário, os produtos por ele produzidos, bem como sua força de trabalho, pertencem àquele que os aluga, isto é, ao capitalista. Eis aí o princípio da alienação propugnado por Karl Marx.

⁵ MARX, Karl. **O capital**: a crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 142. v. 1

⁶ Ibid., p. 143

originárias a partir da Renascença, não conseguiriam retratar o ser humano apartado da sua condição de trabalho.

Enquanto parte integrante e primordial da humanidade, o trabalho tem um papel decisivo no dia-a-dia das sociedades, sendo alvo de diversas nuances de análise, sejam elas acadêmicas ou militantes.⁷ Certo é que ainda continua despertando interesses e curiosidades sobre o tema.

O trabalho, concretamente, apresenta-se primordial para a sociedade, sendo tão antigo quanto a própria humanidade. Por isso mesmo, precede a organização sindical. Pois bem, sendo o movimento sindical organizado fruto da evolução do trabalho ao longo da história, seria necessário apresentar uma pequena discussão teórica e bibliográfica sobre a temática.

O trabalho articula-se em torno da história vivida das sociedades humanas; sua percepção e assimilação dependem do momento histórico; são cíclicos. A reconstrução do conceito evolutivo do ato de trabalhar e suas relações com o ambiente se defrontam com diferentes temporalidades e percepções autorais e teóricas referentes ao tema.

Para uma melhor compreensão acerca das possibilidades interpretativas sobre o tema, optou-se por promover uma exegese autoral, que irá abrir vias de acesso que possibilitarão uma compreensão mais acurada do momento atual.⁸ Sendo assim, aqui serão apresentados e discutidos diferentes momentos sobre o mesmo tópico. Serão destacadas sete abordagens, a saber: o trabalho na Antigüidade Clássica; Santo Agostinho e sua concepção de trabalhos e trabalhadores; a teoria de Hegel do trabalho; as bases do trabalho moderno em Adam Smith; Karl Marx e sua noção de trabalho; Emile Durkheim e o trabalho; e, por fim, o trabalho como vocação em Max Weber.

Antes de iniciar essa etapa do texto, convém ressaltar que os três autores iniciais serão expostos de forma bastante rápida e superficial. A discussão de Adam

⁷ Ressaltam-se algumas características da produção militante, que tenta legitimar a classe social envolvida no processo. Normalmente esse tipo de trabalho é vinculado a uma corrente ideologicamente estabelecida ou a um partido político ou sindicato. Possui características comuns como, por exemplo, o estilo da escrita que destaca o papel político e social das organizações de classe e uma visão muito teleológica da história.

⁸ Acredita-se que a apresentação do trabalho na história do pensamento Ocidental, através dos autores acima mencionados, enriquecerá os outros dois subcapítulos que seguirão esta primeira parte. Não obstante, a idéia da **Ação Coletiva**, que será objeto de análise ainda no presente capítulo, é uma derivação clara e inequívoca da evolução do trabalho no Ocidente — a crise do sindicalismo internacional também é fruto das transformações ocorridas no ato de trabalhar. Por tudo isso, decidiu-se fazer tal digressão por compreender que ela pode acrescentar, e muito, nas partes seguintes desta pesquisa.

Smith e de seus predecessores será feita de forma mais verticalizada e consistente, pois é a partir de suas idéias que se constrói um debate mais atual sobre o tema. Outra ressalva ainda é necessária: apenas serão descritos os pontos relevantes para o entendimento dos trabalhos teóricos modernos sobre a ação coletiva, tema central desta pesquisa.

O TRABALHO NA ANTIGÜIDADE CLÁSSICA

Apesar de serem foco de interesse, as considerações dos pensadores gregos sobre o tema trabalho apresentam-se dispersas e parceladas. Talvez, porque a discussão sobre o trabalho não fosse uma das prioridades daquela sociedade.⁹ Uma necessária anotação, contudo, deve ser adiantada: por ser Atenas o grande centro comercial da época, uma considerável parte dos poucos estudos referentes à temática advém quase exclusivamente daquela Cidade-Estado. O ato de trabalhar fazia parte da rotina grega. Entretanto, ele se diluía nas mais variadas atividades cotidianas, como, por exemplo, o comércio, a produção agrícola, artesanal, além de outros exercícios profissionais que, como o dos poetas, médicos, sacerdotes, adivinhos, guerreiros, destacavam-se no cenário “profissional” da polis grega.

A percepção que a sociedade grega tinha do trabalho era completamente diversa da atual. As atividades eram apreendidas em separado e não como integrantes de um todo coletivo e orgânico, muito menos analisadas como partes de uma mesma faceta global.¹⁰ Algumas expressões eram utilizadas com o intuito de compartimentar o ato laboral. Cada uma delas designava um tipo/modelo diferenciado de trabalho e, através dos termos, as atividades ficavam conhecidas:

O termo mais geral que as designava era *ergon*, “ato” ou “obra”, freqüentemente empregado no plural, *erga*, para designar “trabalhos” de um tipo definido, como os do agricultor ou do ceramista. Também se encontra, sempre em contextos particulares, o verbo *ergazesthai*,

⁹ Com referência a pouca atenção que os filósofos gregos destinavam ao estudo do trabalho, Léopold Migeotte parece elucidar satisfatoriamente a razão pelo pouco interesse grego, ao colocar que os pensadores raramente desenvolviam uma preocupação empírica com a temática. (Cf. MIGEOTTE, Léopold. Os filósofos gregos e o trabalho na antiguidade. In: MERCURE, Daniel; SPURK, Jan. (Orgs.). **O trabalho na história do pensamento ocidental**. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 18.)

¹⁰ Cf. *Ibid.*

que exprimia a noção de “rabalhar” no sentido concreto, ou o termo negativo aergos, que não trabalha, ocioso.¹¹

A forma como os gregos encarava e se relacionava com o trabalho estava condicionada, em grande medida, pela visão econômica da época. Isso quer dizer que eles utilizavam o trabalho como forma de realizar trocas comerciais e também para a produção de bens de consumo próprio. Não obstante, sabiam os gregos que a manutenção do bem-estar coletivo (da polis), individual e familiar estava diretamente ligada às atividades materiais e trabalhistas. No fundo, era essa a maneira que encaravam o trabalho: como atividade fim e essencial à sobrevivência humana.

SANTO AGOSTINHO E A CONCEPÇÃO DE TRABALHO E TRABALHADORES

Numa outra perspectiva de análise, Santo Agostinho discute o trabalho em seus escritos considerando-o como um ato humano laborioso e digno de Deus. O pensador de Numídia concentra esforços em estudos histórico-filosóficos que tentaram mapear as atividades lucrativas de sua época.¹²

Em suas abordagens sobre o trabalho, Santo Agostinho sempre menciona as profissões concretas, ressaltando os progressos sociais e materiais realizados pelo trabalho humano nas diversas áreas do conhecimento, seja ele intelectual ou físico. Todavia, vale frisar que em seus sermões o bispo caracterizava o labor como um esforço penoso e desumano, uma verdadeira maldição divina.¹³

Como os gregos, Santo Agostinho via na agricultura a principal atividade, a verdadeira vocação humana, tomada como um ato religioso. A agricultura gera uma compreensão maior da providência divina. É justo observar que a concepção de Santo Agostinho não era uma novidade, mas sim uma atitude corriqueira na Antigüidade. A

¹¹ MIGEOTTE, Léopold. Os filósofos gregos e o trabalho na antiguidade. In: MERCURE, Daniel; SPURK, Jan. (Orgs.). **O trabalho na história do pensamento ocidental**. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 19.

¹² É imprescindível neste momento fazer uma advertência: seria um anacronismo sugerir que Santo Agostinho, um filósofo da Antigüidade, que viveu entre os séculos 354 e 430, concebia o trabalho como nos dias atuais, isto é, compreendendo-o como uma atividade essencialmente humana, produtora de dividendos sociais coletivos e particulares. Além do mais, no mundo pré-industrial em que Santo Agostinho viveu, as categorias trabalho e trabalhadores tinham significado completamente distinto do contemporâneo.

¹³ Cf. SALAMITO, Jean-Marie. Trabalho e trabalhadores na obra de Santo Agostinho. In: MERCURE; SPURK, 2005, op. cit.

atividade foi uma das grandes fontes de renda da maioria da população: da terra provinha a produção econômica e material de toda vida.

A TEORIA HEGELIANA SOBRE O TRABALHO

No final do século XVIII e começo do XIX, Hegel apresentava o trabalho como uma verdade trivial e concreta. Outrossim, no seu conhecido **Fenomenologia do Espírito**, livro publicado entre os anos de 1806 e 1807, o pensador sugere que através do trabalho o homem exterioriza o mundo e a si mesmo.¹⁴

O conceito de Hegel assentar-se-ia, talvez, segundo Hans Busch, na relação entre o trabalho e a troca, entendidos como necessárias à exteriorização do sujeito produtor. Para tal, de acordo com o próprio Hegel, seria necessária a criação de associações de trabalhadores e corporações que teriam a inequívoca função de estabelecer parâmetros indispensáveis para exteriorização do trabalhador e da sociedade que o rodeia.¹⁵

A idéia da intencionalidade do trabalho em Hegel pode ser mensurada através de uma tríade composta pelos seguintes elementos: o sujeito executante, o ato de querer e a sua plena realização. Seriam esses os passos de uma ação intencional, como o trabalho. A relação entre os três elementos, diferentes uns dos outros, é quase simbiótica e constante.

O próprio Hegel acrescenta que o sujeito executante é o ponto máximo da universalidade e objeto pretendido juntamente com seu conteúdo representam uma particularidade. É no contato dessas duas frentes que acontece a exteriorização do trabalho e de seu executante. Com efeito, o sujeito acaba se refletindo em seu objetivo inicial; em outras palavras, quando se estabelece uma meta a ser cumprida, ela reflete aquele que o deseja como também a si mesmo. A completa realização do objetivo

¹⁴ Seria essa a idéia básica da dialética, explorada em duas obras de Hegel: **A Fenomenologia do Espírito** e **Filosofia do Espírito**. Esta última é um dos escritos hegelianos que explicam o conceito de trabalho, por ele elaborado. (Cf. BUSCH, Hans. Exteriorização e economia: a teoria hegeliana do trabalho e da sociedade civil. In: MERCURE, Daniel; SPURK, Jan. (Orgs.). **O trabalho na história do pensamento ocidental**. Petrópolis: Vozes, 2005.)

¹⁵ Hegel admitia que a exteriorização através do trabalho era consciente e intencional.

traçado gera, para Hegel, um novo silogismo: a união de dois pontos que se encontram nas extremidades da cadeia relacional.¹⁶

A noção de trabalho hegeliana mostra que toda ação, nesse sentido, é intencional e permite “fazer-se a si mesmo”,¹⁷ engendrando novas relações entre o ser e o seu objeto, uma vez que possibilita ao sujeito referir-se a si mesmo como autor dessa atividade e de seu resultado. Portanto, Hegel argumenta que o princípio de qualquer atividade é a realização do sujeito que a estabeleceu. Ora, se assim o for, argumenta Hegel, a ação do trabalhador é intencional e, por isso mesmo, reflete em si mesmo.

Outros conceitos utilizados na teoria hegeliana — base para o desenvolvimento da concepção marxiana sobre o trabalho no mundo capitalista — são as noções de dominação e servidão. As duas interpretações aparecem com frequência nos escritos de Hegel e se sustentam fortemente na noção de exteriorização provocada pelo ato de trabalhar; estaria aí a essência da dialética entre o senhor e o escravo.

Na **Fenomenologia do Espírito** é desenvolvida a análise relacional entre o senhor e o escravo, apresentando-se duas consciências antagônicas que entram numa luta de morte, não em busca de lucros materiais, mas uma disputa pela liberdade de conseguir provar que se é livre. A luta de morte¹⁸ é travada pelas duas consciências. Porém, quando uma abandona ou desiste do combate, seu fracasso normalmente ocorre por temer a morte. A desistência de um lado era encarada como instinto de sobrevivência e preservação frente ao inimigo.¹⁹

Nesse caso específico, o trabalho do escravo equivaleria a um sentimento de exteriorização particular, uma vez que age em busca de um objetivo superior, embora, quase sempre, apresenta-se como um trabalho despido de qualquer interesse pessoal. A atividade era encarada negativamente pelo seu executor, já que os objetivos não foram

¹⁶ Cf. BUSCH, Hans. Exteriorização e economia: a teoria hegeliana do trabalho e da sociedade civil. In: MERCURE, Daniel; SPURK, Jan. (Orgs.). **O trabalho na história do pensamento ocidental**. Petrópolis: Vozes, 2005.

¹⁷ Hegel assim descreve o processo de trabalho como um ato de fazer de si mesmo, de maneira interna, portanto, O trabalho enquanto tal não é somente atividade, mas atividade refletida em si, ato de engendrar. (Cf. HEGEL, Georg Wihelm. **Coleção os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1999, p. 205).

¹⁸ Para Hegel a idéia da luta de morte significa, antes de tudo, uma correspondência entre as duas consciências, do senhor e do escravo, no esforço de se apresentarem como um “puro ser-para-si” (BUSCH, 2005, op. cit.). Traduzindo, diria Hegel que o puro ser-para-si nada mais é do que a tentativa de se mostrar biologicamente livre (HEGEL, 1999, op. cit.)

¹⁹ Cf. HEGEL, 1999, op. cit.

traçados pelo escravo e sim pelo seu senhor. O escravo, sendo apenas e tão somente um instrumento nas mãos do seu senhor, não conseguiria realizar os próprios objetivos: daí a necessidade de virem de fora.²⁰

Era o escravo quem determinava a quantidade de trabalho e os métodos que seriam empregados para melhorar o aproveitamento da tarefa e de sua produção. Mesmo assim, apesar do trabalho ser executado para o benefício de um terceiro, Hegel admite que o escravo conseguia exteriorizar-se através dele.

Resumindo, Hegel concebe a sociedade a partir de suas relações de trabalho e troca, que promovem a exteriorização do homem. É preciso que se formem associações de trabalhadores para que o indivíduo consiga, por meio de seu trabalho, satisfazer suas necessidades e, ao mesmo tempo, fortalecer o conceito de trabalho e de troca: peças indispensáveis na exteriorização do sujeito produtor.²¹

AS BASES DO TRABALHO MODERNO EM ADAM SMITH

Com a inauguração da política econômica do século XVIII, o trabalho passa a ter valor de mercadoria e, portanto, passa a ser tomado como fonte de riqueza. Adam Smith foi o primeiro pensador a sistematizar essa mudança conceitual no campo de análise política. Foi ele quem primeiro ordenou teoricamente a realidade fabril, comercial e política de sua época, mostrando-se um arguto observador da realidade social que vigorava.

Vivenciando de perto diferentes e importantes transformações, como, por exemplo, a Revolução Industrial e as Revoluções Liberais, colheu um portentoso material de análise da realidade econômica, cultural e política que serviu de base para sua rica produção intelectual.

Sem dúvida alguma, Smith trouxe para o cenário da análise política uma mudança pragmática, isto é, mostrou que o vínculo social não é sinônimo de pacto social, muito menos o seu resultado final. O centro nevrálgico da tese smithiana evidencia a relação entre o homem e a natureza e, em especial, a própria natureza

²⁰ Cf. BUSCH, Hans. Exteriorização e economia: a teoria hegeliana do trabalho e da sociedade civil. In: MERCURE, Daniel; SPURK, Jan. (Orgs.). **O trabalho na história do pensamento ocidental**. Petrópolis: Vozes, 2005.

²¹ Cf. Ibid.

humana nas suas relações sociais, respaldada pelo direito natural.²² Eis o princípio fundante da economia política do século XVIII: o trabalho e a propriedade, elementos essenciais formadores da natureza do homem.²³

A inovação trazida por Adam Smith é atribuir ao trabalho a capacidade de gerar renda e riqueza, uma verdadeira inovação quando comparada às outras teorias sobre o mesmo tema. Ainda há outro aspecto a sublinhar na obra de Adam Smith: o de mostrar que o trabalho gera o consumo das coisas necessárias e indispensáveis à vida em sociedade.

O trabalho, para o autor, é base de toda riqueza existente, principalmente quando ocorre o aumento do ritmo e da potência produtiva relacionada ao ato de trabalhar. O aumento do grau de produtividade somente ocorreria, de acordo com Smith, quando houvesse a divisão social do trabalho. Ele sugere que a divisão do trabalho pode ser compreendida a partir de três modalidades distintas e ao mesmo tempo complementares, que seriam: especialização das tarefas; diminuição do tempo perdido; concepção de novos maquinários e instrumentos de produção.

Outro ponto fundamental de sua análise é a especialização das tarefas em concomitância com a divisão técnica do trabalho que, para o autor, é fruto da invenção das máquinas e não o seu contrário.²⁴ Não existe, para Smith, separação formal entre divisão social do trabalho e divisão técnica do trabalho, pois, segundo ele, a primeira se origina da segunda e não o contrário.

²² O direito natural é formado pelos princípios inerentes à própria natureza humana. Inspiração para o direito positivo. Entre seus elementos essenciais, destacam-se: “O bem deve ser feito”; “não lesar a outrem”; “dar a cada um o que é seu”; “respeitar a personalidade do próximo”; “as leis da natureza”; entre outros. Portanto, o direito natural mostra ao legislador os princípios essenciais para a proteção do homem, que deverão aparecer na legislação como ordenamento jurídico. O direito natural não é escrito, não é criado, não é formulado pela sociedade. É um direito espontâneo que se origina da própria natureza social do homem.

²³ John Locke dedica especial atenção ao tema trabalho-propriedade, ressaltando o vínculo existente entre eles. O homem só adquire o **status** de indivíduo, completa o pensador inglês, quando se torna proprietário, não só de terras, imóveis ou bens materiais, mas de sua liberdade (Cf. MERCURE, Daniel; SPURK, Jan. Introdução. In: _____. (Orgs.). **O trabalho na história do pensamento ocidental**. Petrópolis: Vozes, 2005). Ao se tornar senhor de sua própria liberdade, conseqüentemente de suas vontades, habilita-se a adquirir e conquistar bens materiais. Assim, qual é o critério necessário e indispensável para ser absolutamente livre? Locke argumenta que o direito à liberdade é uma prerrogativa do trabalhador, ou seja, através do trabalho o homem pode conquistar sua almejada autonomia, já que a ação empreendedora manifesta-se particularmente pelo seu esforço, do qual é o único e legítimo proprietário. Cabe ainda ressaltar que o contratualista inglês John Locke argumentava que se é livre na medida em que se é proprietário de si mesmo, portanto, livre para se relacionar com outros proprietários e com o mercado, tese compartilhada com Adam Smith.

²⁴ Cf. Ibid.

Ora, em sua concepção, Adam Smith ressalta que a divisão do trabalho é determinante para o desenvolvimento da sociedade, encarada como a principal geradora das riquezas mundiais. A estrutura de qualquer sociedade se desenvolve pela divisão do trabalho, uma vez que por ela é possível a existência de diferentes especialidades e empregos, que não precisam necessariamente possuir os mesmo interesses. Por outro lado, destaca o aspecto negativo da divisão do trabalho que seria a alienação, que possibilitaria a criação de qualidades profissionais em detrimento das intelectuais.

Segundo Adam Smith:

No progresso realizado pela divisão do trabalho, a ocupação da maior parte daqueles que vivem do trabalho, isto é, da massa do povo, restringe-se a um número muito pequeno de operações simples, muito frequentemente a uma ou duas. Ora, a inteligência da maioria dos homens se forma necessariamente por suas ocupações corriqueiras. Um homem que passa a vida inteira executando um pequeno número de operações simples não tem a possibilidade de desenvolver sua inteligência nem de exercer sua imaginação procurando maneiras de diminuir suas dificuldades, pois estas nunca ocorrem; ele perde, assim, naturalmente o hábito de desenvolver ou exercer essas faculdades, chegando, em geral, ao extremo da estupidez e da ignorância possíveis a um ser humano [...]. Ora, esse estado é aquele no qual o operário pobre, ou seja, a massa do povo deve chegar necessariamente em qualquer sociedade civilizada e avançada em indústrias, a menos que o governo tome precauções para prevenir esse mal.²⁵

Enfim, a partir de Adam Smith o trabalho passa a ser encarado como mercadoria, inscrevendo-se como o grande produtor de troca e consumo, sendo ele a base de toda riqueza como, também, o fulcro da divisão do trabalho e do mercado.

A NOÇÃO DE TRABALHO EM KARL MARX

Karl Marx foi buscar em Adam Smith a inspiração para desenvolver seus estudos sobre o trabalho. A noção de trabalho ocupa posição de destaque na teoria de Marx, mas foi se alterando de acordo com as possibilidades de análise. Entretanto, com todo o processo de transformação pelo qual passou a temática, ela continuou central em seus empreendimentos intelectuais e teóricos.

Apesar da influência exercida sobre Marx, Adam Smith foi alvo de duras e severas críticas por parte do pensador alemão. Atacando com veemência a economia

²⁵ SMITH, Adam. **Coleção os Economistas**. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p. 406.

política, Marx mostrou que a concorrência de mercado pode levar à desumanização e à alienação do trabalhador envolvido.

Porém, o ato de trabalhar possibilita a exteriorização do sujeito, bem como sua realização diante de seus pares e da realidade objetiva que o cerca e o condiciona. Em outras palavras, é pelo trabalho que o homem adquire aquilo que lhe interessa e apetece.²⁶

Esforçando-se no sentido de se contrapor a Hegel e Feuerbach, Marx constata que o trabalho pode ser um fator de alienação quando o trabalhador não consegue ter o pleno domínio de suas realizações laborais. Ao produzir, o operário perde completamente o domínio do processo de trabalho, reconfigurando, dessa forma, as relações com seu trabalho e seus instrumentos de produção.

Por outro lado, o pensador alemão argumenta que não sendo um trabalho alienante, o homem pode realizar-se completamente em sua atividade, tema desenvolvido na **Ideologia Alemã**. Na mesma obra, Karl Marx admite que o ato de trabalhar e produzir possui uma característica intrínseca, qual seja: é a mais pura manifestação de si e do mundo.²⁷

O trabalho passa a ser explicado como um fenômeno histórico e universal, mas sempre de acordo com suas particularidades e impressões próprias. O passo inicial para essa apreciação será dado com **O Capital**, obra que inaugura a crítica à economia política clássica, bem como suas relações sociais e de suas expressões.

De fato, argumenta o autor, na sociedade capitalista, o trabalho assume características coletivas que ultrapassam a simplória relação homem/máquina, objetivando o lucro como produto final. Fica evidente que Marx considera como passível de análise apenas o trabalho assalariado, objeto central na sociedade capitalista, por concebê-lo como uma relação social produtiva submetida às exigências técnicas de um mercado cada vez mais excludente.

No centro da teoria de Marx existem duas concepções sobre a noção de trabalho. De um lado o trabalho concreto e do outro o trabalho abstrato.²⁸ O primeiro é o

²⁶ Cf. SPURK, Jan. A noção de trabalho em Karl Marx. In: MERCURE, Daniel; SPURK, Jan (Orgs.). **O trabalho na história do pensamento ocidental**. Petrópolis: Vozes, 2005.

²⁷ Cf. Ibid.

²⁸ O trabalho abstrato é a condição necessária para a existência humana em sociedade, seja ela qual for. Todo ato de trabalhar pode ser vivenciado separadamente de suas características particulares e

suporte técnico do segundo: sem o trabalho técnico e sua produção não existiria o trabalho abstrato.²⁹ O produto final transforma-se na base do trabalho abstrato e intelectual. Mesmo assim, nele reside importância por ser o primeiro momento da criação, determinante do valor de mercado e uso do produto final e de onde se retira a mais-valia. Rigorosamente, os trabalhos concretos e abstratos não se separam, não são considerados realizações diferentes ou contrárias, mas possuem, sim, perfis diferentes:

De um lado, todo o trabalho é um dispêndio de força de trabalho humana, no sentido fisiológico, e é nessa qualidade, de trabalho humano, igual ou abstrato, que ele constitui o valor das mercadorias. Por outro lado, todo trabalho é um dispêndio de força de trabalho humana de uma determinada forma e com objetivo definido e é nessa qualidade de trabalho concreto útil que produz valores de uso.³⁰

Marx, discordando frontalmente de David Ricardo, não concebe o ato de trabalhar como natural ou próprio da existência humana. Acreditava terminantemente que o trabalho seria construído, pensado e articulado como parte inerente ao capital, seja no campo simbólico, seja no campo material e concreto. O autor vai mais longe: o capital só enxerga o trabalhador individualmente, segundo a lógica do mercado de trabalho. O advento do mercado de trabalho propiciou a desestruturação dos laços sociais e da solidariedade que, antes da entrada do capital, eram primordiais nas relações sociais.

Conforme observa Marx, o capital promoveu a separação e a individualização dos atores, transformando-os em simples mercadorias, colocados à disposição do sistema capitalista. Dessa forma, a força de trabalho torna-se uma mercadoria como outra qualquer, podendo ser negociada pelo capitalista, que adquire o direito explorá-la, usufruindo dela como melhor lhe convier.

Uma vez submetido à lógica do capital, os trabalhadores adquirem contornos mais abrangentes e elásticos, utilizando-os como instrumentos de resistência às condições objetivas do trabalho no sistema de mercado capitalista.

À luz da leitura de Marx, o trabalho é apresentado como um dado concreto e palpável, responsável pela criação de valor de uso e de troca, da mais valia — seja

encarado como dispêndio de energia e criatividade humana. Assim, cria valor próprio, passando a ser denominado trabalho abstrato.

²⁹ Cf. SPURK, Jan. A noção de trabalho em Karl Marx. In: MERCURE, Daniel; SPURK, Jan (Orgs.). **O trabalho na história do pensamento ocidental**. Petrópolis: Vozes, 2005.

³⁰ MARX, Karl. **O capital**: a crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 142. v. 1

absoluta ou relativa. Por fim, o trabalho na teoria marxiana possui valor analítico e dialético, bem como uma tenaz força heurística.

ÉMILE DURKHEIM E A SIGNIFICAÇÃO DO TRABALHO

A significação do trabalho em Émile Durkheim difere substancialmente das posições teóricas de alguns pensadores que se debruçaram sobre o tema, entre eles Karl Marx. Todavia, vale ressaltar que Adam Smith e Henri de Saint-Simon tiveram importante parcela de contribuição na formação intelectual de Durkheim, inspirando sua obra clássica **A Divisão do Trabalho Social**.

A teoria de Durkheim pode ser classificada de **realista social**. A explicação consiste no fato de que ele percebe a divisão social do trabalho como uma mudança estrutural e de longo prazo.³¹ Os conceitos de trabalho e de solidariedade são inseparáveis, ou seja, as transformações na estrutura das dinâmicas sociais acarretam modificações nos modos de solidariedade, provocando complexos efeitos na integração social.

Com efeito, em **A Divisão do Trabalho Social**, o autor emprega um método de análise que absorve duas linhas de pesquisa: a empírica e a comparativa. Na verdade, a intenção subjacente de Durkheim é reconstruir o caminho de maturação das (des)ordens sociais que mais bem se adaptam aos tempos modernos e industriais.

Segundo o próprio autor, sua predisposição seria orientar a conduta humana em sociedade. Para tal, os sociólogos deveriam verter suas atenções analíticas e discursivas para os aspectos econômicos de uma sociedade industrializada e desenvolvida. Seria de fundamental importância que a nascente disciplina³² estudasse atentamente a economia e seu funcionamento prático.

³¹ Cf. TIRYAKIAN, Edward. O trabalho em Émile Durkheim. In: MERCURE, Daniel; SPURK, Jan. (Orgs.). **O trabalho na história do pensamento ocidental**. Petrópolis: Vozes, 2005.

³² A nascente ciência a qual se refere Émile Durkheim são as Ciências Sociais, que começavam a dar seus primeiros passos. Para ele, caberia às Ciências Sociais investigar as possíveis relações de causa e efeito e suas regularidades sociais, objetivando, acima de tudo, propor e criar regras e leis que sirvam como condicionantes da sociedade no futuro. Notadamente, para que isso ocorra, o sociólogo deveria tomar posturas e atitudes de neutralidade: “Por isso uma das bases da objetividade de uma ciência da sociedade teria que ser, necessariamente, a disposição do cientista social a colocar-se num estado de espírito semelhante ao dos físicos, químicos e fisiologistas quando se aventuram numa região ainda inexplorada de seu domínio científico assumindo, desse modo, sua ignorância, livrando-se de suas prenoções ou noções vulgares”. (QUINTANEIRO, Tânia. Um toque de clássicos. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1995, p. 27.)

Todavia, alerta que o sociólogo não pode deixar se influenciar demasiadamente por análises economicistas, com modelos e teoremas abstratos. É seu dever perceber a coesão social presente no cotidiano da vida em sociedade. A coesão social seria, pois, um aspecto fundamental na teoria de Durkheim, pela qual articula mais dois conceitos: anomia e solidariedade.³³

A Divisão do Trabalho Social é fruto da realidade de uma França marcada por um período de prosperidade econômica e social, advinda de uma industrialização intensa e vigorosa no final do século XIX, que ocasionou desníveis sociais e econômicos graves. Para Durkheim, essa dicotomia social gerava um estado de anomia e desregulamentação social que, inevitavelmente, ocasionaria um desequilíbrio nas regras econômicas e morais da sociedade.³⁴

Todavia, a tendência natural seria virtualmente de uma vida menos agitada e mais ordeira, constata Durkheim. Assim, o ambiente seria propício ao desenvolvimento da solidariedade como também ao crescimento pessoal. Para que o resultado fosse alcançado satisfatoriamente, seria necessária uma severa vigilância por parte de um estado coercitivo, visando à superação do homem em sociedade.

A idéia de Durkheim se consolidaria no momento em que fossem criadas corporações intermediárias entre a sociedade e o Estado, que teriam tanto a função de fornecer um código de ética e postura para os cidadãos quanto a de gerar uma identidade corporativa e profissional.³⁵ Portanto, as corporações teriam uma função importante na sociedade e o seu fim acarretaria um enorme retrocesso social e econômico.³⁶

Apesar de pleitear a renovação completa das corporações, Durkheim não deixou claro como ocorreriam modificações estruturais necessárias e urgentes. O

³³ Cf. TIRYAKIAN, Edward. O trabalho em Émile Durkheim. In: MERCURE, Daniel; SPURK, Jan. (Orgs.). **O trabalho na história do pensamento ocidental**. Petrópolis: Vozes, 2005.

³⁴ A quebra das normas poderia gerar, segundo Durkheim, um estado de anarquia aguda, caracterizado pelo uso excessivo e generalizado da violência. Para o autor, a anomia e o anarquismo se equivaleriam a um estado de desordem social e agitação social (Cf. Ibid.). A desestruturação econômica e social leva a um estado de anarquia e anomia, fenômenos perigosos e violentos que geram relações sociais tortuosas e conflitivas que afetam a disciplina moral que deve existir no relacionamento entre patrões e empregados.

³⁵ Cf. Ibid.

³⁶ Vale frisar que Durkheim não concebe as corporações como guildas medievais. Segundo ele, as corporações contemporâneas deveriam ter seu espaço de atuação aumentado e solidificado para que pudessem atuar de forma mais presente e efetiva na regulamentação da vida profissional e outras funções que porventura aparecessem. (Cf. Ibid.).

planejamento não seria feito por sociólogos: aliás, não é essa sua função. Ele seria executado por planejadores especializados na tarefa. Por outro lado, Durkheim faz um alerta ao mostrar que as corporações não são panacéias para todos os males sociais, apesar de importantes e necessárias; sua atuação seria parcial, já que a causa de todos os problemas não é única.³⁷

Por último, acrescenta-se que a divisão social do trabalho, concebida a partir da solidariedade orgânica, se realizaria plenamente a partir do momento em que as desigualdades manuais e de trabalho fossem dirimidas, tanto no aspecto profissional quanto no mercado. Para sua completa realização, seria imprescindível, acrescenta o autor, a total eliminação da passagem hereditária da propriedade privada.

O TRABALHO COMO VOCAÇÃO EM MAX WEBER

Antes de qualquer pretensão teórica, é necessário considerar que a preocupação central de Weber não era conceber uma formatação específica para o trabalho. Seu objetivo era perceber a consolidação do capitalismo ocidental na modernidade e seus efeitos nas mais diversas áreas derivadas do capital, entre elas o trabalho.

Divergindo de seus pares, que tinham o trabalho como temática central de suas análises, Weber tentou ampliar seu campo de pesquisa abordando essencialmente quatro pontos, que versavam sobre: a estrutura econômica e social influenciando sua disposição técnica e burocrática; a ordem política imposta ao ato de produzir; a percepção cultural sobre o trabalho; a estrutura social do trabalho.

Portanto, a participação de Weber quando se refere ao tema trabalho não foi tímida e muito menos pontual; mostrou-se digna de um grande pensador e teórico social. Porém, mesmo revestido de uma importância fundamental em sua teoria, o trabalho não é uma noção chave de sua produção acadêmica e intelectual como é, por exemplo, a idéia de racionalização, organização ou dominação.³⁸

Concebido como parte integrante da vida moderna, o capitalismo ocidental serve como mola propulsora para as realizações humanas em sociedade, apresentando-

³⁷ Cf. TIRYAKIAN, Edward. O trabalho em Émile Durkheim. In: MERCURE, Daniel; SPURK, Jan. (Orgs.). **O trabalho na história do pensamento ocidental**. Petrópolis: Vozes, 2005.

³⁸ Cf. MÜLLER, Hans-Peter. Trabalho, profissão e vocação: o conceito de trabalho em Max Weber. In: MERCURE, Daniel; SPURK, Jan. (Orgs.). **O trabalho na história do pensamento ocidental**. Petrópolis: Vozes, 2005.

se como o “poder mais decisivo de nossa vida moderna”.³⁹ Desde já, o autor esclarece que o sistema não pode ser confundido com sentimentos que são próprios da **condição humana**, como a avareza, a busca incessante pelo lucro, o desejo de acumulação, o anseio pecuniário, entre outros sentimentos mesquinhos.⁴⁰

De outra parte, a fundação e o aparecimento do moderno capitalismo obedecem a critérios inerentes ao sistema: as ciências, as artes e o Estado — elementos encarados por Weber como instituições racionais, com leis e argumentos próprios que elaboram a nova configuração institucional do capital. Não obstante, o responsável pelo amadurecimento do sistema capitalista no Ocidente seria a religião, que teria a função de solidificar e enaltecer o trabalho, dimensionando-o como um ato vocacional, como mostra o autor:

O trabalho deve, ao contrário, ser executado como um fim absoluto por si mesmo – como uma vocação. Tal atitude não é absolutamente um produto da natureza. Ela pode ser provocada por baixos salários ou apenas salários elevados, mas somente pode ser produto de um longo e árduo processo de educação.⁴¹

E ainda acrescenta: “O trabalho vocacional é, como dever de amor ao próximo, uma dívida de gratidão à graça de Deus [...], não sendo do agrado de Deus que ele seja realizado com relutância. O cristão deve assim mostrar-se industrioso no seu trabalho secular”.⁴²

É possível perceber, pelas citações, que a religião foi fundamental na formatação do capitalismo moderno. Evidentemente, acrescenta Weber, outros elementos tiveram participação nessa construção: as condições econômicas e a organização racional do trabalho. Além da correlação dessas duas forças, uma terceira também se mostraria indispensável ao enquadramento do capital: a cultura. As seguintes anotações ratificam a interpretação:

Dada a importância do capitalismo enquanto força, a mais fundamental da vida moderna, essa tentativa de explicação deve ser baseada principalmente nas condições econômicas e na organização

³⁹ Cf. WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1999.

⁴⁰ MÜLLER, Hans-Peter. Trabalho, profissão e vocação: o conceito de trabalho em Max Weber. In: MERCURE, Daniel; SPURK, Jan. (Orgs.). **O trabalho na história do pensamento ocidental**. Petrópolis: Vozes, 2005.

⁴¹ WEBER, 1999, op. cit., p. 38.

⁴² Ibid., p. 205.

racional do trabalho. Não obstante, não se deve abandonar a outra faceta da correlação: a orientação cultural.⁴³

A não observância de qualquer um desses itens poderia gerar prejuízos e resistência ao projeto de racionalização que estava em curso.

Ainda discutindo o componente religioso como expressão máxima da racionalização do trabalho, Weber demonstra que a Reforma Protestante propugnada por Lutero, moldou uma nova concepção do ato de trabalho, encarando-o como espiritual e divino. A consequência mais rápida e perceptível foi o surgimento de uma ética profissional inabalável que serviu de esteio para formação central do capitalismo.

Contudo, em a **Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**, Max Weber aponta o sentido paradoxal que o Ocidente, de um modo geral, atribui ao ato laboral. Se, por um lado, o trabalho é essencial e indispensável para sobrevivência da espécie humana, necessário para a reprodução da vida material em sociedade, por outro é encarado como um castigo, uma punição, um pesado fardo de se carregar.⁴⁴

Contudo, a Reforma Protestante provocou profundas alterações na visão que a sociedade ostentava sobre o trabalho. Desde então, constata Weber, o labor passou a ser tomado como um ato nobre e digno, uma glorificação a Deus, como retrata a citação:

O mundo existe para glorificação de Deus, e somente para este fim. O cristão eleito está no mundo apenas para aumentar esta glória, cumprindo seus mandamentos ao máximo de suas possibilidades [...]. Isso faz com que o labor a serviço dessa utilidade social impessoal surja como promotor da glória de Deus, e, portanto, desejada por Ele.⁴⁵

Observa-se que o trabalho adquire uma nova dimensão com Lutero e posteriormente com Calvino, passando a ser concebido como a única e verdadeira vocação, um chamado de Deus. O novo conceito dado ao trabalho é mais rígido do que o anterior. O trabalho deveria se constituir como uma barreira contra a preguiça e os males advindos dela.

Enfim, os estudos de Max Weber sobre o trabalho revelam a realidade dos trabalhadores rurais e agrícolas ou dos operários urbanos industriais. Ficam registradas

⁴³ MÜLLER, Hans-Peter. Trabalho, profissão e vocação: o conceito de trabalho em Max Weber. In: MERCURE, Daniel; SPURK, Jan. (Orgs.). **O trabalho na história do pensamento ocidental**. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 239.

⁴⁴ A visão que se impunha sobre o ato de trabalhar, principalmente os trabalhos manuais e mais simples, expõe toda a conotação pejorativa que a sociedade depositava sobre ele.

⁴⁵ WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1999, p. 75.

as fases que constituíram a evolução do trabalho ao longo dos séculos. Evidentemente, um longo caminho foi percorrido e alterações foram observadas na prática cotidiana. Se antes o labor era encarado como uma forma de glorificar a Deus, uma vocação, atualmente a realidade é outra.⁴⁶ O trabalho é visto como emprego, uma ferramenta de sobrevivência, e não como o caminho mais óbvio para salvação humana.

A escolha de apresentar diferentes concepções teóricas sobre o mesmo tema mostra que o trabalho pode ser percebido a partir de óticas diferentes: essa era a intenção principal deste primeiro tópico. Pois bem, a cada momento histórico o ato de trabalhar era concebido e assimilado pela sociedade de acordo com os padrões vigentes à época.

Sendo a produção teórica e intelectual fruto do período em que é concebida, vinculam-se — ora negando e se contrapondo, ora afirmando e destacando — as visões historicamente construídas pela sociedade. As análises sobre o trabalho também assumem tal faceta. Os sete autores apresentados, todos oriundos de seu tempo e época, assumem muito bem esse papel.

Ao apresentar a colaboração teórica de autores, que viveram em momentos e realidades distintos, mas que, acima de tudo, dedicaram esforços para a compreensão do trabalho e de seus efeitos para a sociedade, objetivou-se mostrar as mudanças e as diferentes inflexões nos conceitos provenientes do tema. Pode-se perceber, sem nenhum esforço adicional, que o olhar sobre o tema vai adquirindo contornos próprios, como foi mostrado nos sete subitens apresentados anteriormente. Cada autor mencionado, desde a Antigüidade Grega até Max Weber, teorizou sobre o trabalho a partir de uma perspectiva particular.

Não obstante, todos os pensadores contemplados anteriormente, sem exceção, concebem o ato de trabalhar associado a uma série de questões derivadas; a organização dos trabalhadores com certeza é uma delas. Mesmo não sendo o foco central de suas análises, pelo menos neste momento em especial, é quase impossível pensar o trabalho despido de trabalhadores e de suas associações representativas e sindicatos.

⁴⁶ A Revolução Industrial provocou modificações na estrutura do trabalho, tratando a questão social como parte integrante das relações trabalhistas modernas. Dessa forma, o nível de complexidade entre as duas pontas da cadeia aumentou bastante, gerando atritos entre empregados e empregadores. Tentando salvaguardar os direitos sociais, procurou-se criar um **Estado-providência** que assumisse as responsabilidades burocráticas, garantido direitos sociais para os operários e sua família.

São esses organismos que, em grande medida, contribuem para que os operários consigam empreender ações coletivas em busca de melhores condições de trabalho, salariais, profissionais, jornada de trabalho entre outras. Portanto, com a evolução das relações trabalhistas e das formas de exploração operária, os sindicatos apareceram como a resposta mais natural — e, talvez, mais eficaz — para os momentos de crise e desconforto frente às oscilações do capital.

